



MUNICÍPIO DE TONDELA

ATA N.º 11 /2022

**REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA REALIZADA
NO DIA 26 DE ABRIL DE 2022**

MEMBROS PRESENTES:

Presidente Fátima Carla Dias Antunes Borges
Vereador Francisco José de Moura Coutinho da Costa e Sousa
Vereador João Carlos Figueiredo Antunes
Vereador Fernando Simões de Sousa
Vereador João Carlos Nunes de Matos Duarte
Vereadora Ana Maria Marques Coimbra
Vereadora Vera Lúcia Machado

MEMBROS QUE FALTARAM:

---- Aos vinte e seis dias do mês de abril, nesta cidade de Tondela, em regime, por videoconferência e presencial, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a *reunião ordinária pública* da Câmara Municipal de Tondela, sob a presidência da senhora presidente da Câmara Municipal, Fátima Carla Dias Antunes Borges, estando presentes os senhores vereadores: Francisco José de Moura Coutinho da Costa e Sousa, João Carlos Figueiredo Antunes, Fernando Simões de Sousa, João Carlos Nunes de Matos Duarte, Ana Maria Marques Coimbra e Vera Lúcia Machado. -----

---- A reunião foi secretariada por Maria Isabel Cabral Estrela. -----

---- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando haver “quorum” para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a senhora presidente declarou aberta a reunião. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

---- A senhora vereadora Ana Coimbra iniciou os trabalhos, com uma intervenção, no âmbito dos percursos pedestres, que se transcreve: -----

---- “No passado domingo 24 de Abril decorreu o percurso designado “Rota dos Moinhos” sendo este o primeiro percurso pedestre, integrado no programa de visita às oito rotas certificadas do concelho. -----

---- Verificámos, no entanto, que alguns pormenores que não foram devidamente acautelados neste percurso e que consideramos importante serem revistos nos percursos seguintes, assim; -----

---- -Dado que cada percurso tem particularidades e aspetos tão interessantes podem os mesmos funcionar como passeio e forma de divulgação dos mesmos, havendo ao longo do percurso apresentação dos aspetos relevantes, no caso concreto da “Rota dos Moinhos” os moinhos estavam encerrados, não houve nenhuma” chamada de atenção” para a flora e outros aspetos interessantes. -----

---- -Por outro lado, não foi devidamente acautelado o acompanhamento de todos os participantes ao longo do percurso, garantindo que ninguém fica para trás perdido ou a necessitar de ajuda. -----

---- Assim, e de forma colmatar estes pontos consideramos que seria interessante pedir por exemplo a envolvimento/colaboração das associações/coletividades locais, com sendo as pessoas que melhor devem -----

---- conhecer os percursos para fazerem a apresentação do mesmo, bem como garantirem ao longo do percurso o acompanhamento a todos os participantes, poderíamos ainda ir um pouco mais longe e solicitar a colaboração dos bombeiros disponibilizando uma ambulância para o local, para uma mais rápida resposta a eventual incidente.” -----

---- A senhora presidente, de seguida, efetuou uma intervenção, no âmbito do 25 de abril, que se transcreve: -----

---- “Comemoram-se 48 anos desde a Revolução de 25 de abril de 1974, a conhecida Revolução dos Cravos, que pôs fim à ditadura no nosso país, uma revolução onde o vermelho foi o dos cravos, e a única capitulação foi a do regime de ditadura que se vivia. -----

---- De forma simbólica, homenageamos com o hastear da bandeira que ontem ocorreu, este marco histórico e todos os que tiveram a coragem de nele participar, e que, com a sua coragem devolveram a liberdade a uma Nação. -----

---- Abril, que ano após ano nos recorda a importância da conquista da liberdade. -----



---- Este ano quisemos saudamos Abril, de forma redobrada, perante as atrocidades cometidas contra o povo ucraniano, ao vermos uma Nação soberana, que desde a noite 23 de fevereiro deste ano, foi invadida de um modo brutal, e que todos os dias luta pela sua liberdade, todos os dias luta pelos ideais de Abril!-----

---- Neste amanhecer, elevamos a nossa voz e evocamos os ideais de Abril, manifestando a nossa solidariedade para com todos os povos oprimidos, em particular para com o povo ucraniano. -----

---- Que sejam os ideais de Abril inspiradores e motivo de exemplo na defesa de uma Nação.-----

---- Que a democracia prevaleça sempre e que este dia nos lembre para sempre, o valor da conquista da liberdade e da sua importância nas nossas vidas. -----

---- Mas o conflito armado na Ucrânia leva-nos a um conjunto de reflexões que gostaria neste período antes da ordem do dia de partilhar convosco. -----

---- As projeções económico financeiras, que no final de 2021 inicio de 2022, projetavam o crescimento do PIB para 4,9%, com a expectativa de convergência nos anos subsequentes para taxas mais próximas do ritmo estimado de crescimento de longo prazo, ou seja, 2,9% em 2023 e 2,0% em 2024, projetavam-nos para uma retoma económica que de repente se viu alarmada e comprometida. -----

---- Por isso não podemos deixar de refletir convosco estas nossas preocupações.-----

---- O conflito armado deixou o mundo fica novamente em suspenso!-----

---- Neste contexto importa refletirmos sobre aquilo que os desafios que o futuro próximo nos traz.-----

---- Desafios em que nos leva a avaliar o que vai acontecer com a subida dos preços das matérias primas, no setor energético, dos combustíveis, aquilo que vai acontecer com os preços dos diversos bens primários e aquilo que vai ser a retração da economia.-----

---- O impacto do conflito age negativamente na atividade económica, originando a uma retração do investimento, principalmente nos mercados do Norte da Europa.-----

---- A confiança das famílias e dos empresários reduz por força da turbulência nos mercados financeiros, bem como na sequência dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros.-----

---- Torna-se imperioso uma reavaliação das projeções económicas e financeiras, por força da deterioração das perspetivas de crescimento da economia global no curto prazo e maiores pressões inflacionistas, originada pela invasão da Ucrânia. -----

---- O conflito implicou uma intensificação da subida dos preços do petróleo e do gás nos mercados internacionais, como já referi, o que reflete a importância da Rússia no fornecimento destas matérias-primas, algo que não posso deixar de dizer que merece uma reflexão. -----

---- O aumento recente dos preços das matérias-primas contribuirá para manter elevada a inflação global em 2022. Estas são as expectativas dos especialistas.-----

---- Na área do euro, as projeções do BCE apontam para uma subida significativa da inflação em 2022. -----

---- No entanto, a inflação excluindo bens energéticos também aumenta em 2022.-----

---- Por isso não posso eixar de trazer aqui, neste momento em que saudamos abril, uma reflexão sobre aquilo que é a evolução das perspetivas económicas, e aquilo que é a necessária e constante reavaliação, de todos os dados que nos levaram à elaboração do orçamento para 2022 e que eventualmente terão que ser repensadas e um conjunto de estratégias que terão que ser ponderadas e refletidas.”-----

PERIODO DA ORDEM DO DIA



- Presidência

1- Votação da ata de 12 de abril

---- Não houve intervenções.-----

---- Colocada à votação, a ata de 12 de abril foi aprovada por unanimidade.-----

2- Informações

---- O senhor vereador Francisco Coutinho questionou porque motivo em Tondela não houve sessão evocativa do 25 de Abril, como acontece na esmagadora maioria dos municípios portugueses? Referiu que a senhora presidente evocou o hastear da bandeira, mas que a mesma está hasteada 24 horas, atendendo que se encontra iluminada e que os vereadores do PS não receberam nenhum convite para uma sessão solene de hastear da bandeira, que assinalasse o “25 de abril”.-----

---- De seguinte, colocou um conjunto de questões, que referiu que por questões de transparência solicitava o seu esclarecimento, que se transcrevem:-----

-----“1-Em complemento do protocolo com o CDT, no valor de €150.000,00 aprovado por esta CM, o qual teve honras de assinatura no Salão Nobre destes Paços do Concelho e grande divulgação na comunicação social e redes sociais, e por questões de transparência e informação que é devida a todos os munícipes, peço os seguintes esclarecimentos:-----

---- a) Em 13/05/2016, V. Ex^a., na qualidade de vereadora e representante do município, assinou em “Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo”, com o Clube Desportivo de Tondela, e-----

---- b) Em 23/10/2015, foi lavrada uma escritura pública, onde foi constituído o direito de superfície do Município sobre o estádio João Cardoso, pelo prazo e 25 anos; ou seja, até 2040!-----

---- c) Sendo o município o superficiário do espaço, até ao dia 22/10/2040, cabe-lhe a faculdade de decidir os termos concretos da autorização da utilização do Estádio, dos equipamentos e demais infraestruturas contíguas.-----

---- d) Assim, pergunto:-----

---- Existe algum contrato de cedência e utilização do Estádio João Cardoso, em exclusividade pela CD TONDELA – FUTEBOL SAD?-----

---- Se existe, qual o seu valor?-----

---- É verdade que o município suporta o custo dos fornecimentos de energia elétrica e abastecimento de água àquele estádio, onde também existe um estabelecimento de hotelaria?-----

---- É o município quem suporta os custos de manutenção do estádio e infraestruturas contíguas?-----

---- Se sim, pretendo ser informado documentalmente dos custos referidos (água, luz e manutenção, nos anos de 2020 e 2021);-----

---- Gostaria também de ser informado sobre qual o valor da renda recebida pelo município (proprietário exclusivo do campo de treinos anexo ao estádio), pela utilização exclusiva do mesmo pela CD TONDELA – FUTEBOL SAD?-----

---- Seguidamente referiu que no parque de estacionamento do restaurante Paródias existe um poço, em que a tampa se encontra danificada, causando vários constrangimentos, tendo que o senhor presidente da junta de Canas de Santa Maria entregue, à Câmara, um orçamento para a resolução do problema, deste modo questionou sobre o andamento do processo. -----

---- A senhora vereadora Vera Machado informou à Câmara que o CLAST reuniu, tendo emitido cinco pareceres favoráveis para respostas sociais de entidades do concelho, para candidaturas ao PRR. -----

---- Referiu que todos os Ucrucianos que se encontram no concelho de Tondela estão devidamente sinalizados, tendo recebido ajuda alimentar e de vestuário. -----

---- O senhor vereador João Carlos Figueiredo informou que a iniciativa cultural “TondelAnima” visa levar a cultura a todo o concelho, incentivando os diversos agentes culturais, nomeadamente a ARCA, a Sociedade Filarmónica Tondelense, Casa do Povo de Tondela e a ACERT, que proporcionam o seu acesso, quer seja poético, teatral ou musical, em todas as freguesias do concelho.-----

---- De seguida, referiu que a Rota dos Moinhos marcou a retoma dos oito percursos pedestres certificados, que entende ser uma aposta de divulgação do território. Disse que no final do referido percurso foi efetuado um balanço que se relevou ser positivo, com o envolvimento das associações e das freguesias, embora haja aspetos a melhorar. Relativamente à situação relatada pela senhora vereadora Ana Coimbra, disse que ninguém foi deixado para trás, o que aconteceu foi que duas senhoras em Souto Bom disseram que não iriam continuar o trajeto, acabando por fazer o contrário do anunciado. Contudo, disse que a situação deverá ser um alerta para o futuro.-----

---- A senhora presidente disse que as celebrações de abril, este ano, foram feitas de forma diferente, na noite de 24, com um espetáculo de solidariedade para com o povo Ucruciano, coorganizado com a ACERT. Disse que o hastear de bandeira adquiriu um símbolo diferente. -----

---- Relativamente às restantes questões colocadas pelo senhor vereador Francisco Coutinho, disse que dará os devidos esclarecimentos por escrito em próxima reunião de câmara. Contudo, referiu que o protocolo assinado com o Clube Desportivo de Tondela diz respeito ao apoio às atividades formativas. -----

---- Relativamente aos percursos pedestres, disse estar a ser retomada uma atividade de grande importância. Referiu, ainda que o município, com a participação do movimento associativo, tem vindo a programar com o Municípios, várias iniciativas culturais e desportivas, nomeadamente: as Marchas de Santo António; Tondela, Portugal a dançar; TondelAnima; e a Suenga.-----

3- Despacho de designação de secretário do Gabinete de Apoio à Presidência

---- Foi presente o despacho da senhora presidente, datado de 19 de abril de 2022, no qual designou como secretária do gabinete de apoio à presidência, a colaboradora Ana Margarida Maia Antunes de Melo. -----

---- A Câmara tomou conhecimento do despacho. -----

**- Departamento de Planeamento Urbanismo e Edifícios****4-Despachos efetuados no uso das competências delegadas e subdelegadas das obras particulares**

---- A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos que recaíram sobre os processos de obras particulares, constantes da listagem que foi apresentada nos termos do art.º 34 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ficando arquivada nos respetivos serviços. -----

- Departamento de Administração Geral, Económico Financeira, contratação Pública, Comunicação e Recursos Humanos**- Divisão de Economia e Finanças****5- Prestação de Contas do ano de 2021**

---- No cumprimento da alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foi submetido a prestação de contas do ano de dois mil e vinte e um, constituída por: demonstrações financeiras: balanço, demonstração de resultados por natureza, demonstração das alterações no património líquido, demonstração dos fluxos de caixa, anexo às demonstrações financeiras; demonstrações orçamentais e demonstrações previsionais: orçamento e plano orçamental plurianual, plano plurianual de investimentos, demonstrações de relato e documentos genéricos; Relatório de Gestão. -----

---- Nos termos do ponto da legislação em vigor, o Resultado Líquido do Exercício (RLE) positivo, pode ser repartido em Reforço do Património e/ou Constituição ou reforço de Reservas, sendo que nos termos do ponto 2.7.3.5 deve constituir-se o reforço anual da conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do RLE. Nestes termos, propõe-se que o resultado líquido de 504 631,51€ apurado no exercício de 2021, seja aplicado da seguinte forma: Reservas Legais: 25 231,58€ (5%); Resultados Transitados: 479 399,93 € (95%). -----

---- A senhora presidente informou: -----

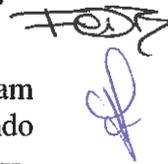
---- “O Município de Tondela aplicou o novo normativo contabilístico SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), aprovado pelo DL 192/2015 de 11 de setembro, para o ano económico de 2021. -----

---- Os Documentos de Prestação de Contas foram elaborados em obediência às Normas de Contabilidade Pública (NCP) -----

---- No que se refere ao enquadramento macroeconómico, no conjunto do ano 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento de 4,9% em volume, o mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia Covid-19 na atividade económica. -----

---- O consumo privado registou um crescimento de 4,4%, tendo recuperado parcialmente da redução de 7,1% ocorrida em 2020, evolução que se explica sobretudo pela expansão de 5,4% do consumo privado em bens correntes não alimentares e serviços. -----

---- Quanto ao consumo público importa registar, este acelerou significativamente em termos reais, registando uma taxa de variação de 5%, comparando com 0,4% no ano anterior, tendo em termos nominais aumentado 5,8%. -----



---- No início de 2021, com o desenvolvimento do processo de vacinação, foram grandes as expectativas para a retoma económica e o regresso à normalidade, ocorrendo uma forte mobilização da sociedade nas suas mais variadas vertentes.-----

---- Este foi também o principal desígnio do exercício de 2021!-----

---- Desde logo no desenvolvimento de uma forte política de apoio e concretização do combate à pandemia COVID-19, concentrando-se todos os esforços das equipas multidisciplinares do Município neste combate, desde os serviços da proteção civil, como os da ação social e saúde.-----

---- À semelhança do que aconteceu em 2020, o ano de 2021 começa tendo como principal objetivo no primeiro trimestre de 2021, pela necessidade de continuar a ter como prioridades as questões de ordem sanitária e de saúde pública.-----

---- O contínuo apoio às IPSS/Misericórdias, quer na disponibilização das EPI espelha o trabalho do realizado, a par com a avaliação dos 2ºs pedidos de apoio de rendas/créditos, para comércio ou serviços de todos o concelho, tendo no total chegado a mais de 120 pedidos, com apoio financeiro de 34.191,97€, revelaram-se como fundamentais -----

---- Realça-se no domínio da testagem e prevenção, o importante projeto piloto pioneiro desenvolvido por entidades do nosso concelho, na realização de análises de deteção de SARS-CoV2 em águas residuais, nas maiores escolas dos agrupamentos: Caramulo; Campo de Besteiros; Molelos; Tondela (Básica e Secundária) e Lajeosa do Dão, logo após o regresso dos alunos às aulas após confinamento. -----

---- Gostaríamos ainda de salientar na análise macroeconómica, o segundo e terceiro trimestre de 2021 caracterizaram-se pela retoma das atividades, o que permitiu retomar também o calendário das intervenções físicas, tendo-se verificado a possibilidade de recuperação de alguns prazos que por força da pandemia foram comprometidos. -----

---- É o caso da grande obra da zona industrial da Adiça/Tondela, onde o cronograma de trabalhos foi recuperado.-----

---- Merece também destaque a evolução da obra do Centro Tecnológico e de Empreendedorismo teve durante o ano de 2021, à qual se juntou a intervenção na Frente Ribeirinha. -----

---- Apesar das grandes dificuldades trazidas pela pandemia COVID-19, foi possível a concretização de várias intervenções fundamentais, onde esteve sempre patente a importância de nunca deixarmos para trás os apoios ao setor social, mas também as medidas da componente de apoio à família, a rede de transportes, a promoção do sucesso educativo, ou a beneficiação do nosso parque escolar. -----

---- No domínio do ambiente, destacamos as intervenções como o investimento na rede de água e saneamento à Vila do Caramulo. -----

---- No domínio da Requalificação Urbana, verificou-se um forte incremento no Centro Tecnológico e de Empreendedorismo, a par do arranque da Frente Ribeirinha.-----

---- De acordo com o exposto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Tondela é constituída por quarenta membros, que tomaram posse no dia vinte de outubro de dois mil e dezassete. Vinte e um cidadãos diretamente eleitos por escrutínio secreto e universal do colégio eleitoral do concelho e dezanove cidadãos que encabeçaram as listas mais votadas na eleição para as assembleias de freguesia e assembleias de uniões de freguesia. -----

---- Acerca da execução orçamental gostaríamos de referir que a receita bruta global ascendeu a 27.335.511,48 euros dos quais 26.892.448,56 euros provêm de receitas orçamentais e 443.062,92 euros correspondem à entrada de fundos por Operações de Tesouraria. -----

---- Analisando da mesma forma a despesa, constata-se que a despesa global paga ascendeu a 26.607.687,31 euros, dos quais 26.421.365,66 euros correspondem a

despesas orçamentais e 186.321,65 euros correspondem a saídas por Operações de Tesouraria. ----- 

-----O grau de execução da receita, referente ao ano de 2021, foi de 68,87% e o da despesa de 51,86%, tendo por sua vez o Plano Plurianual de Investimentos apresentado um coeficiente de realização global de 37,55% o que correspondeu a um montante de 8.247.827,89 euros e as Grandes Opções do Plano apresentaram um grau anual de execução de 45,38%. -----

---- Da análise do teste ao princípio do equilíbrio orçamental, no quadro acima, podemos constatar que o Município, apresenta uma margem face ao limite das despesas correntes de 4.892.377,84 €. -----

---- Relativamente á execução do orçamento, é feita a análise do desempenho da Receita e da Despesa, tomando-se como referência a apreciação da estrutura orçamental e sua evolução. -----

---- Para uma avaliação mais pormenorizada da execução do Orçamento, apresentamos no relatório de gestão um anexo a este relatório os mapas do Controlo Orçamental da Receita e da Despesa. -----

---- As Receitas Totais em 2021 atingiram o montante de 34.631.811,49€ apresentando um acréscimo de 4.630.772,49€ face ao ano anterior. Em 2021 aumentaram as receitas correntes (+1.376.953,25€), as receitas de capital (+3.130.728,82€) e as outras receitas (+123.090,42€). -----

---- As receitas correntes excederam a execução de 100%. -----

---- Destaca-se aqui, a receita proveniente da cobrança IMI, no valor de aproximadamente 2.800.000,00€, bem como da Derrama de aproximadamente 1.300.000,00€. -----

---- A despesa global realizada foi de 26.421.365,66 euros, traduzindo-se numa taxa de execução orçamental de 51,86%. -----

---- Comparando a estrutura do Orçamento Final com a sua efetiva realização, constata-se que as Despesas Correntes evidenciaram um grau de execução de 69,56% correspondendo a pagamentos no valor de 14.982.203,46€. -----

---- As Despesas de Capital realizadas totalizaram no exercício de 2021 o montante de 11.439.162,20 euros, refletindo uma taxa de execução de aproximadamente 40%. -----

---- Relativamente às Grandes Opções da Plano podemos concluir que são as funções sociais com 48% que assumem a maior fatia da execução das GOP do Município, seguidas das funções económicas que representam 31% da execução. -----

---- No que se refere aos indicadores gerais da atividade, refere-se que foram considerados os Rácios de estrutura, Rácios de gestão, Rácios de investimento e produtividade. -----

---- Por último, pretendemos com esta apresentação explicitar, o mais claro possível, o que foi o desempenho das atividades do Município no decurso do ano de 2021. -----

---- Orientou-se este relato com preocupações de verdade e transparência. -----

---- No cumprimento da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetem-se à aprovação da Câmara Municipal os documentos de prestação de contas do exercício de 2021, constituídos por: -----

---- Demonstrações financeiras (individuais), Balanço, Demonstração de resultados por natureza, Demonstração das alterações no património líquido, Demonstração dos fluxos de caixa., Anexo às demonstrações financeiras, Demonstrações orçamentais, Demonstrações previsionais, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual, Plano plurianual de investimentos (PPI), Demonstrações de relato (individuais), Documentos genéricos. -----

---- Para que, possam ser submetidos à votação e apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da já citada Lei.” -----

---- A senhora vereadora Ana Coimbra referiu que pela análise dos documentos enviados verificaram alguns pontos que parecem relevantes: -----

---- “Pontos Fracos: -----

---- O grau de execução da receita, referente ao ano de 2021, foi de 68,87% e o da despesa de 51,86%, tendo por sua vez o Plano Plurianual de Investimentos apresentado um coeficiente de realização global de 37,55% o que correspondeu a um montante de 8.247.827,89 euros e as Grandes Opções do Plano apresentaram um grau anual de execução de 45,38%. -----

---- A receita de capital apresentou um grau de execução de 29,19%. -----

---- As Despesas de Capital realizadas no exercício de 2021 o montante de 1.439.162,20 euros, refletindo uma taxa de execução de aproximadamente 40%.-----

---- A rubrica Aquisição de Bens de Capital, onde estão incluídos todos os investimentos previstos no PPI – Plano Plurianual de Investimentos, que atingiu o valor pago de 8.247.827,89€, representa 72,10% do total das Despesas de Capital, tendo registado uma taxa de execução de 37,56%; -----

---- Numa análise rápida no Plano Plurianual de investimentos destacamos os domínios mais afetados por tão fraca execução: -----

Investimentos plurianuais prejudicados	Previsão do ano	Execução do ano	% de execução
Turismo	929.755,00€	13.048,80€	1,4%
Habitação	256.835,00€	12.546,00€	4,88%
Serviços Individuais de Saúde	369.190,00€	60.213,39€	15,47%
Indústria e Energia	3.911.401,00€	894.751,54€	22,88%
Abastecimento de água	94.840,00€	26,418,08€	27,86%
Protecção do M.Ambiente C.Natureza	1.827.228,00€	884 567,79€	24,20%
Saneamento	2.986.861,00€	1.042.091,54€	34,89%
Transportes Rodoviários	4.963.614,00€	2.126.795,02€	42,85

---- Só aqui encontramos mais de 7 milhões d euros em domínios fundamentais e cujas execuções comprometem.-----

---- Também gostaríamos de saber porque razão, com saldos de conta tao favoráveis, aumentam as dividas a:-----

---- **Fornecedores** (2021 – 1 414 647,36€; 2020- 604 274,68€) – mais €810 372,68 euros de dívida em relação ao ano anterior;-----

---- E **a fornecedores de investimento** (2021- €585 022,60; 2020 - €309 437,96) – mais € 275 584,64 de dívida em relação ao ano anterior; -----

---- Ainda nas dividas a fornecedores, há razoes que justifiquem uma dívida á Endesa Energia SA no valor de 732 472,53€-----

---- Também gostaríamos que fosse feita uma exaustiva análise á situação dos contratos das obras em curso para que fossem percecionados os eventuais encargos extra relacionados com estas taxas de execução tao comprometedoras. “-----

---- Disse, ainda que não tinha sido remetido o relatório elaborado pelo Revisor Oficial de Contas. -----

---- A senhora chefe de divisão económico-financeira, Joana Ferreira, informou que relativamente ao relatório emitido pelos ROC, de acordo com a Lei, é um documento a submeter unicamente à Assembleia Municipal. -----

---- O senhor vereador Francisco Coutinho referiu de acordo com o relatório de gestão, o mesmo faz menção a três hastas públicas que foram realizadas no ano de 2021, ao que solicitou informação: -----

---- Relativamente à primeira hasta pública lançada a 19 de fevereiro de 2021, cuja assinatura do contrato mereceu honra de assinatura em local público, na Biblioteca Municipal, pelo então presidente da câmara, que disse que as obras se iniciariam em julho de 2021, pelo que questionou por que razão até ao momento só foram colocadas vedações metálicas ao terreno. Deste modo, perguntou se a decisão judicial que interdita a empresa de benefícios públicos, obriga a reformular os planos ou se há constrangimentos no âmbito do PDM. -----

---- Relativamente à hasta pública lançada a 3 de março, com carácter de urgência, questionou qual era o ponto de situação. -----

---- Relativamente à hasta pública nº 3, que não teve concorrentes, referiu não entender a relevância da sua menção no relatório de gestão. -----

---- O senhor vereador Fernando Sousa disse que já tinham verificado na Lei, que o parecer do Revisor Oficial de Contas era enviado ao órgão deliberativo, assim como todos os documentos da prestação de contas. Contudo, referiu que atendendo que é o órgão executivo que remete ao órgão deliberativo, deveriam ter sido conhecedores desse documento e que futuramente deveria acompanhar toda a restante documentação aquando da sua remissão à Câmara. -----

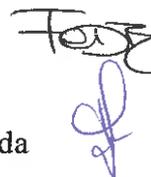
---- A senhora presidente disse que o que os documentos remetidos são os que estão definidos na Lei e que atendendo que os senhores vereadores têm acesso a todos os documentos enviados ao órgão deliberativo, terão conhecimento do citado relatório. ----

---- Às questões colocadas pelo senhor vereador Francisco Coutinho, disse que pelo facto de ter efetuado uma referência sumária da situação macroeconómica no relatório de gestão, não tendo referenciado às hastas públicas. Disse, ainda que as mesmas constam no relatório de gestão por terem sido desenvolvidas durante o ano de 2021, que importa registar e realçar, pela importância económica. No que concerne ao investimento da hasta pública nº 1, referiu que reuniu com a empresa adjudicada para articular as suas obrigações, que brevemente poderá informar sobre a concretização dos objetivos definidos na hasta pública. -----

---- O senhor vereador Francisco Coutinho disse ter referido as hastas públicas, por as mesmas constarem no relatório de gestão. -----

---- A senhora presidente solicitou à senhora chefe de divisão, Joana Ferreira para responder à questão colocada pela senhora vereadora Ana Coimbra, sobre o motivo da dívida à empresa Endesa, que referiu que tal se deve ao facto de existir uma contestação efetuada pelo senhor engenheiro eletrotécnico sobre valores faturas e que discordam e pelo facto da faturação relativa aos últimos meses do ano, não estar paga a 31 de dezembro. -----

---- A prestação de contas foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria, com os votos contra dos senhores vereadores Francisco Coutinho, Fernando Sousa e Ana Coimbra, que efetuaram uma declaração de voto que se transcreve: -----



---- “Declaração e justificação de voto contra a Prestação de Contas da Gerência da Câmara Municipal de Tondela relativa a 2021.-----

---- A votação que hoje aqui fizemos é uma votação de apreciação política, como é competência da Câmara Municipal, feita sobre a prestação de contas dos resultados da Administração da Câmara Municipal de Tondela no que diz respeito ao cumprimento dos objetivos e compromissos que se propôs atingir nas propostas de Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos e correspondente Orçamento Municipal de suporte, e não qualquer apreciação aprofundada sobre os documentos contabilísticos que é obrigação dos Serviços e do Revisor Oficial de Contas. -----

---- Os documentos da Prestação de Contas só vieram documentar de forma muito mais clara e extensa as razões que nos levaram a votar contra a 1ª Revisão Orçamental do ano corrente, feita para distribuir o saldo da gerência anterior, após a aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa, como a lei excecional atualmente ainda permite. -----

---- Por isso votamos contra na medida em que se evidencia: -----

---- 1 - Uma falta de visão estratégica para o desenvolvimento do concelho, que identificasse claramente as necessidades prioritárias e as articulasse com o que de bom foi feito e enquadrasse e justificasse as opções propostas. Sem essas condições não se aproveitou convenientemente as possibilidades de necessária mobilização para um desenvolvimento integrado e sustentável; -----

---- 2 - Um elevado número de obras que se arrastam no tempo, que têm sofrido pela baixíssima taxa de execução das GOP's e PPI's, o que contraria os compromissos assumidos pela maioria evidenciando baixa capacidade política de gestão municipal; ---

---- 3 – O ano de 2021 foi mais um “ano perdido” quanto à execução de Estratégia Local de Habitação de Tondela, (ELHT), que previa uma programação temporal de investimentos, a iniciar no ano de 2020, com vista a solucionar as diversas situações sinalizadas. Torna-se evidente que ao longo do ano não houve efetivo empenhamento no desenvolvimento de políticas e programas de colocação no mercado de habitação a custos controlados, perdendo-se grande número de oportunidades de candidatura a qualquer um dos 16 Programas de financiamento que a Nova Geração de Políticas da Habitação disponibiliza, continuando a subaproveitar regimes de financiamento extremamente favoráveis, ao abrigo do primeiro direito. Os interesses, ainda que legítimos, dos promotores privados não podem sobrepor-se aos interesses gerais do município em que avulta a necessidade de criação de condições para fixação de população residente jovem, para quem habitação acessível é uma condição essencial; --

---- 4 – Apesar da Covid, que não pode ser a desculpa para tudo o que de mau acontece, a Câmara não soube aproveitar algum desanuviamento e até crescimento, bem espelhado no aumento das receitas corrente e de capital relativas ao ano económico de 2021. -----

---- 5 – Tendo em conta os saldos de conta, não se percebe por aumentaram as dívidas a: - Fornecedores 2021- € 1 414 647,36; 2020 € 604 274,68 – aumentou em €810 372,68 euros a dívida em relação ao ano anterior; -----

---- E a fornecedores de investimentos 2021: €585 022,60; 2020: € 309 437,96 – aumenta em €275 584,64 a dívida em relação ao ano anterior; -----

---- É muito difícil aceitar que o segundo concelho mais importante do distrito nos apresenta tão baixas taxas de execução em 2021: -----

---- - Execução da receita 68,87%; -----

---- - Grau de execução da despesa de 51,86%; -----

---- - Coeficiente de realização global o Plano Plurianual de Investimentos, 37,55% o que correspondeu a um montante de 8.247.827,89 euros; -----

---- - As Grandes Opções do Plano apresentaram um grau anual de execução de apenas 45,38%. -----

---- - A receita de capital apresentou um grau de execução de 29,19%; -----
 ---- - As Despesas de Capital realizadas totalizaram no exercício de 2021 o montante de 1.439.162,20 euros, refletindo uma taxa de execução de aproximadamente 40%; -----
 ---- - A rubrica Aquisição de Bens de Capital, onde estão incluídos todos os investimentos previstos no PPI –Plano Plurianual de Investimentos, que atingiu o valor pago de 8.247.827,89€, representa 72,10% do total das Despesas de Capital, tendo registado uma taxa de execução de apenas 37,56%. -----
 ---- Os investimentos mais prejudicados, ordenados pela taxa de execução ilustram bem a natureza da vontade política de quem nos governa: -----

Investimentos plurianuais prejudicados	Previsão do ano	Execução do ano	% de execução
Turismo	929.755,00€	13.048,80€	1,4%
Habituação	256.835,00€	12.546,00€	4,88%
Serviços Individuais de Saúde	369.190,00€	60.213,39€	15,47%
Indústria e Energia	3.911.401,00€	894.751,54€	22,88%
Abastecimento de água	94.840,00€	26.418,08€	27,86%
Protecção do M.Ambiente C.Natureza	1.827.228,00€	884.567,79€	24,20%
Saneamento	2.986.861,00€	1.042.091,54€	34,89%
Transportes Rodoviários	4.963.614,00€	2.126.795,02€	42,85

---- Tal como temos vindo a referir parece-nos que a governança municipal está numa situação de paralisia relativamente ao desenvolvimento concelhio-----

---- Agora em sede de prestação de contas reforçamos a nossa convicção de não ser a gestão camarária adequada às necessidades e às exigências de Tondela, no contexto atual. Com esta execução orçamental, como poderemos travar o processo contínuo de despovoamento?-----

---- Insistimos na definição de uma estratégia de desenvolvimento integrado sustentável e para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, com a participação de todos. ----

---- Terminando como começámos, o nosso voto contra corresponde a uma apreciação política, e visa alertar os munícipes, apelando mais uma vez à sua participação na vida pública, de modo a unirmos forças para desenvolver harmoniosamente o concelho.” ----

---- Mais, foi deliberou submeter os mesmos à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea l) do nº 2 do artigo 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

6- 2ª alteração modificativa ao orçamento e as GOP's de dois mil e vinte e dois

---- Foi presente a 2ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte e dois, que importa em 296.000€. -----

---- A senhora presidente disse que a presente alteração modificativa ao orçamento e às GOP's, é inerente à delegação de competência, na área da educação. Referiu que apesar de não existir clarificação sobre a possibilidade de celebração contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município e os Agrupamento

de Escolas, foi, contudo, criadas novas rubricas, para o caso da legislação o permitir, numa lógica de resposta de proximidade. -----

---- O senhor vereador Fernando Sousa disse que percebem a necessidade da presente revisão, de modo a ajustar os novos desafios, pelo que se irão abster. Referiu que essa abstenção não traduz nenhuma demonstração de alteração de coerência, atendendo que votaram contra a 1ª alteração modificativa, que foi mais estrutural, com a introdução do saldo de gerência e que manteve a orientação definida nos documentos iniciais. -----

---- A senhora presidente disse que esta revisão é caracterizada pelo seu lado técnico e que acautela aquilo que poderá vir as linhas orientadoras da delegação de competências na área educativa. -----

---- Colocada à votação, a 2ª alteração modificativa ao orçamento e as GOP's de 2022, foi aprovada por maioria, com as abstenções contra dos senhores vereadores Francisco Coutinho, Fernando Sousa e Ana Coimbra.

---- Mais, foi deliberou submeter à Assembleia Municipal, para ratificação de acordo com o disposto no artigo 25, n.º 1 alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a Lei 4-B /2020 de 6 de abril. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

- Património

7- Inventário de bens e direitos patrimoniais

---- Dando cumprimento ao exposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, foi presente o inventário de todos os bens e direitos patrimoniais. -----

---- A Câmara Municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade aprovar e submeter para apreciação à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 25, n.º 2 alínea l) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

- Contratação Pública

8- Revisão de preços provisória da empreitada "Recuperação da Frente Ribeirinha do Rio Dinha - lote 2 - execução da Ponte Pedonal"

---- Foi presente uma revisão de preços provisória da empreitada "Recuperação da Frente Ribeirinha do Rio Dinha - lote 2 - Execução da Ponte Pedonal", adjudicado à empresa Socorpena, Engenharia e Construção SA, calculada nos termos do Decreto-Lei número 6/2004, de 06 de janeiro e que resultou num acréscimo no valor de 87 223,24€, com IVA incluído à taxa legal em vigor. -----

---- A senhora presidente referiu que o documento enviado reflete o impacto da pandemia, no que diz respeito ao acréscimo de preços, principalmente com matérias-primas. -----

---- O senhor vereador Fernando Sousa solicitou o acesso aos contratos da empreitada de recuperação da Frente Ribeirinha. Disse que olhando para o desenvolvimento das obras, não se perspectiva para quando a conclusão da obra, o que proporcionará um grande impacto financeiro. Deste modo, disse preocupar-se com os atrasos que a obra demonstra ter. -----

---- A senhora presidente disse que os contratos fazem parte do processo da empreitada e que foram submetidos à reunião de câmara no mandato anterior, para discussão e votação, e que podem ser consultados. Referiu, que qualquer contrato de uma empreitada é resultante de um concurso público, estabelecido de acordo com a legislação em vigor e que tem subjacente um caderno de encargos e um cronograma financeiro, cabendo a cada uma das partes, um conjunto de direitos e deveres, pelo que a cabe à fiscalização de obra a sua verificação. -----

---- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o referido cálculo. -----

- Departamento Educação, Desenvolvimento Social, Desportivo e Cultural

9- Isenção de pagamento pela frequência das piscinas municipais

---- Foi presente uma informação social propondo a isenção das mensalidades de frequência das piscinas municipais, da Escola de Natação para adultos, dos jovens que integram o GAPRIC: Rui Daniel Sousa Ferreira e João Matos Costa. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a isenção das mensalidades dos jovens. -----

- Divisão Desporto e Juventude

10- Correção material de deliberação "23- Devolução da mensalidade das piscinas municipais, relativo a março de 2020" de 10 de dezembro de 2021

---- Foi presente uma correção material da lista anexa à deliberação "23- Devolução da mensalidade das piscinas municipais, relativo a março de 2020" de 10 de dezembro de 2021, onde se lê "Gabriela Marques Lopes" deverá ler-se "Gabriela Marques Lopes nif 250982188, valor a restituir 9,50€" -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade a correção material. -----

11- Anulação do protocolo entre o Município de Tondela e a ARCAPA

---- Foi presente uma informação propondo a anulação do protocolo entre o Município de Tondela e a ARCAPA, deliberado a 16 de agosto de 2021, em virtude de a Associação não ter desenvolvido as atividades do projeto Saúde em Dia, devido às imposições da Direção Geral de Saúde de combate à pandemia Covid-19. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a anulação do protocolo. -----
 ---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

- Divisão de Cultura, Turismo e Eventos

12- Cedência de instalações municipais

---- Foram presentes pedidos para cedência de instalações municipais, a saber:-----
 ---- O auditório do Museu Terras de Besteiros, para o Clube Desportivo de Tondela, nos dias 21 e 28 de abril, das 14h30 às 17h30; -----
 ---- O Mercado Velho, para a Casa do Povo de Tondela, no dia 6 de maio, das 20h30 às 22h30;-----
 ---- Auditório Municipal:-----
 ---- Para a CPCJ de Tondela, no dia 21 de abril, das 9h30 às 17h00;-----
 ---- Para a CIM Viseu Dão Lafões, no dia 22 de abril, das 10h00 às 13h00;-----
 ---- Para a USF de Tondela, no dia 8 de maio, das 9h00 às 13h00;-----
 ---- Para a Casa do Povo de Tondela, nos dias 4, 5 e 6 de maio, nos períodos da tarde e noite. -----

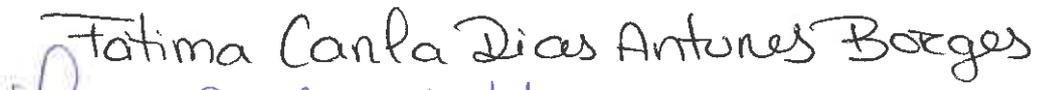
---- A Câmara deliberou por unanimidade as cedências acima referidas.-----

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

---- De acordo com o preceituado no art.º 49 da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, a presente reunião foi pública.-----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, pela senhora presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas dez horas, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e devidamente assinada por mim, Maria Isabel Cabral Estrela, que a subscrevi.-----


 Tatiana Carla Dias Antunes Borges
 Maria Isabel Cabral Estrela